

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular

Class.: _____

Data: 14.01.88

Pg.: _____

9468

Antropólogo preso em aldeia de Kraô

O Centro de Trabalho Indigenista, com sede em São Paulo, denunciou ontem a prisão do antropólogo Gilberto Azanha, ocorrida na manhã de segunda-feira, na aldeia do Galheiro dos Índios Kraô, por seis policiais federais armados de revólveres e metralhadoras. Segundo a denúncia, além do antropólogo, foram presos ainda o filho dele de oito anos; o capitão da aldeia, José Maria Teino e o motorista Waldeci Coelho de Souza, todos algemados e levados para a Delegacia da Polícia Federal, em Araguaína.

De acordo com a denúncia, a prisão foi efetuada por solicitação da Funai, sob alegação de que a atuação do antropólogo entre os Kraô envolvia atos ilícitos, tais como tráfico de tóxicos, incentivo a bebidas alcoólicas e desmoralização da autoridade da Funai na área. Para o Centro de Trabalho Indigenista, a violência utilizada pela Polícia Federal no ato da prisão foi justificada pelos seus próprios agentes em função das informações transmitidas pela Funai, segundo as quais eles estariam enfrentando elementos perigosos e fortemente armados. Isso levou a Polícia Federal a mobilizar desde o dia 9 último, um total de 15 agentes distribuídos em pontos estratégicos da saída da área Kraô.

Diante da inexistência de armas e tóxicos ou bebidas alcoólicas - diz o documento - os próprios agentes mudaram a sua atitude de

bélicosidade e "no decorrer dos depoimentos prestados por nós ficou comprovado para a Polícia Federal a falsidade e a má fé da Funai". Além de fazer graves acusações contra dirigentes da Funai, o Centro de Trabalho Indigenista disse ainda que este "tipo de irresponsabilidade da Funai é característica de sua atual administração", disse o antropólogo, afirmando que esta é a terceira vez, em um período de 10 anos, que a Funai utiliza este tipo de denúncia "contra minha pessoa e meu trabalho entre os Kraô". O Centro de Trabalho Indigenista solicita a presença da Polícia Federal na área, bem como uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembleia Legislativa de Goiás para apurar a realidade dos fatos.

O superintendente da Polícia Federal em Goiás, Francisco Barros Lima, disse que o antropólogo, seu filho e os dois outros apenas foram detidos para serem ouvidos, sobre as denúncias feitas pela Funai. Após ouvidos, foram liberados, pois não ficou confirmado o envolvimento com drogas. Segundo Barros Lima, o antropólogo não tinha autorização também para entrar na reserva, daí, a atuação da Polícia Federal. O chefe da Assessoria de Imprensa da Funai de Brasília, Rogério Sá, confirmou que desde 84, Gilberto Azanha, estava proibido pelo então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, de entrar em qualquer área indígena.